



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16257 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
 ISSN: 2595-7945
 GT 06 - Educação Popular

ESCREVIVÊNCIAS SOBRE O PERCURSO ESCOLAR DE MULHERES NEGRAS: DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS

Lilian Rodrigues Santos Viana - Univás - Universidade do Vale do Sapucaí

Valeria Oliveira de Vasconcelos - UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense

ESCREVIVÊNCIAS SOBRE O PERCURSO ESCOLAR DE MULHERES NEGRAS: DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS

A história da educação do Brasil é marcada pela dependência, exploração, violência, desrespeito às diferenças culturais e privilégio de alguns em detrimento da grande maioria da população (Souza, 2023). Neste modelo, o processo de escolarização foi deliberadamente proibido para as mulheres, porque seu papel social estava vinculado à esfera do privado. Somente em 1827 as mulheres puderam frequentar a escola, como resultado da primeira constituição em 1824 e a Lei que determinou a criação da Escola de primeiras letras (Souza, 2023).

A partir da chegada dos colonizadores, as estruturais sociais se alicerçaram sobre três pilares de opressão: o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Este arquétipo patriarcal se baseou no modelo econômico escravocrata, resultando em uma crueldade que mesmo com o fim da escravidão se manifesta através do racismo, que junto ao machismo, alimentam o sistema capitalista. Isso gerou um grande impacto na vida de todas as mulheres, principalmente as negras. Nesse sentido, as opressões de raça, gênero e classe não se separam, não obstante a raça representar o eixo determinante nas relações sociais (Nascimento; Santos, 2022).

A desigualdade social aparece bastante marcada na geografia do Brasil, em que 64% da população branca conforma os estados da região sul, enquanto no Nordeste e em Minas Gerais, cujo fluxo do tráfico foi consideravelmente maior, 69% da população é negra

ou parda. (Lima; Rios, 2020)

Além disso, em nosso país as mulheres desempenham papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. A mulher negra é patenteada em dois modelos sociais: “doméstica”, atividades manuais que determinam o seu “lugar natural”; ou “mulata” que é objeto a ser consumido pelos burgueses nacionais ou turistas. (Lima; Rios, 2020)

Apesar da criação da criação de importantes leis - Constituição Federal 1988, Maria da Penha 11340/2016, Carolina Dieckmann 12.737/2012, Minuto Seguinte 12.845/2013, Femicídio 13.104/2016, Cotas pra mulheres na política 12.031/2009, Igualdade salarial entre homens e mulheres 14.611/2023 e a Lei do racismo 7.716/1989 - ainda não é o suficiente para o fim da exploração que sofrem as mulheres negras, culminando no cerceamento de direitos, aumento de desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais.

Tomando como foco somente o ensino superior, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, Brasil, 2022), quando considerado o recorte racial, é possível notar que 29,0% das mulheres brancas possuem nível superior completo, sendo o dobro do observado para as pretas ou pardas (14,7%).

A transformação acontece à medida que os seres humanos demonstram sua insatisfação e lutam por seus direitos. Transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens e das mulheres. (Freire: 2015, p.51)

Nessa perspectiva, a pesquisa da qual emerge o presente resumo pretende investigar essas resistências através das escrituras de mulheres negras de um município do norte de Minas Gerais. O termo foi criado pela Conceição Evaristo, que traz a força motriz de mulheres negras escravizadas que nos antecederam (Hermínio, 2022). “Escrivência” traz a junção das palavras “escrever e vivência”, mas a intencionalidade não está somente na aglutinação, ela está na genealogia da ideia central, como e onde ela nasce e a que experiência étnica e de gênero está ligada. É também uma ferramenta que tem mostrado ser possível “desviar a flecha” da violência atemporal do racismo, do sexismo e de outras linhas de opressão que atravessam corpos e subjetividades negras (Hermínio, 2022).

Partindo de uma investigação qualitativa - que envolve um conjunto de substantivos cujos sentidos se complementam: experiência, vivência, senso comum e ação. Minayo (2012, p.622) - serão convidadas mulheres que se autodeclaram negras e que estejam estudantes ou sejam egressas da Universidade Estadual de Montes Claros/MG.

Essa escolha foi feita em função de esta Instituição de Ensino Superior localizar-se em uma região com um alto índice de população negra, cujas narrativas podem contribuir para entender os objetivos propostos. Priorizaremos mulheres com maior idade, que atuem na área de educação e que disponham de tempo, além de mostrarem-se dispostas a escrever sobre suas próprias histórias. Espera-se ter no mínimo cinco participantes restringindo ao máximo em dez, em função do aprofundamento das entrevistas e escrituras.

O branqueamento se mostra presente no ambiente acadêmico, tentando mostrar uma pretensa superioridade europeia em detrimento da história africana e sua herança sociocultural. Escrever sobre a resistência das mulheres negras é confrontar o sexismo e o racismo.

Como afirma Conceição Evaristo: “A nossa escritura não pode lida como uma história de ninar os da casa grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (Hermínio, 2022).

Palavras-chave: Educação, mulheres negras, desigualdades e resistências.

REFERÊNCIAS

BRASIL, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HERMÍNIO, Beatriz. *A escrevivência carrega a escrita da coletividade*. Instituto de estudos avançados da Universidade de São Paulo. Fundação Plone. 2022.

LIMA, Márcia. Rios, Flávia. *Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.

Revista: Ciências & Saúde coletiva, p.621-626. 2012.

NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. SANTOS, Francisca Kananda Lustosa dos Santos. Jovens meninas negras e a exclusão escolar. *Revista humanidades e inovação*. Palmas, TO. v.09, n.08, p.111-125, 2022.

SOUZA, José Clécio Silva e. Educação e História da Educação no Brasil. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, nº 23, p.18-23, 2023.